



Avança PEC que proíbe criação de despesa sem fonte de receita

Plenário aprovou em primeiro turno o texto-base da proposta que impede a transferência de encargos para estados e municípios sem o repasse de recursos

A PEC 128/2015 recebeu 65 votos favoráveis e 1 contrário. Houve também 1 abstenção. Mas ainda é preciso analisar duas emendas ao texto-base e fazer a votação em segundo turno, o que pode acontecer hoje. Uma das emendas proíbe a União de reduzir alíquotas de impostos sem que os

entes federados sejam compensados pela perda de arrecadação. Governos estaduais e prefeituras alegam dificuldades para assumir programas e ações definidos pelo governo federal sem receber os recursos correspondentes. Um exemplo disso é o piso dos professores da educação básica pública, instituído em 2008. **3**



Presidente do Senado, Renan Calheiros anuncia pauta de votações do Plenário entre os senadores Vicentinho (E) e Viana (D)

Marcos Oliveira/Agência Senado

Pauta de 2016 será decidida com governo e líderes **2**

Dnit e Conselho de Justiça terão novos integrantes **3**

Empresas reclamam de impostos da água mineral **6**

Cientistas falarão sobre tecnologias contra Aedes **8**

Audiência abordará internet no Minha Casa, Minha Vida **4**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Otto Alencar (ao lado de Ataídes Oliveira) relatou texto sobre medicamentos

Produção e venda de remédio para emagrecer vão a Plenário

A autorização para produção e venda de medicamentos para emagrecer que contenham substâncias inibidoras de apetite foi aprovada ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e

será agora analisada pelo Plenário. O uso dessas substâncias chegou a ser proibido pela Anvisa em 2011 e voltou a ser autorizado por decreto legislativo em 2014. A intenção é regular o assunto em lei. **7**

Divisão do salário-educação por estados pode ter novos critérios

Alterações nos critérios para a distribuição dos recursos do salário-educação entre estados e municípios foram aprovadas na Comissão de Educação e seguem para votação final na de Assun-

tos Econômicos. O projeto elimina o cálculo feito de acordo com a arrecadação e estabelece que o critério do número de matrículas no ensino básico da rede pública incidirá sobre a totalidade dos recursos. **4**



Para Fátima Bezerra, relatora, divisão proposta por Raimundo Lira é mais justa

Genardo Magalhães/Agência Senado

Debate: doenças pouco estudadas causam estigma

Males que há séculos atingem pessoas, como tuberculose, hanseníase, doença de Chagas e sífilis, são pouco estudados e acabam provocando discriminação dos pacientes até por médicos. Audiência realizada ontem apontou a falta de preparo dos profissionais de saúde, de esclarecimento da população e de pesquisas sobre as chamadas doenças negligenciadas. **8**

“País precisa de independência no acesso ao espaço”

Há quatro anos sem contratos, a indústria aeroespacial brasileira corre o risco de não conseguir acompanhar o crescimento mundial do setor, segundo debate na Comissão de Ciência e Tecnologia. O país perdeu para a Argentina a posição de mais avançado da América Latina na atividade. Especialistas apontaram ainda falta de recursos humanos e orçamento limitado. **7**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Comissão pede que governo elimine guerra fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem recomendações a serem enviadas ao governo federal para que proponha ao Congresso uma PEC e uma medi-

da provisória que criem um fundo de compensação para os estados que perderem arrecadação. Segundo a comissão, a guerra fiscal com ICMS é prejudicial ao país. **5**

Lindbergh Farias, autor de recomendação ao governo, fala com Fernando Bezerra Coelho na Comissão de Assuntos Econômicos

Para definir pauta, Renan ouvirá governo e partidos

Presidente do Senado fez ontem primeiras reuniões, com o ministro da Fazenda e com a liderança do PSDB, e disse que a sociedade espera não uma agenda de governo, mas uma "agenda do Brasil"

AGENDA BRASIL

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que ouvirá os líderes partidários e representantes do governo para definir quais projetos de lei serão votados neste ano pelos senadores.

As primeiras reuniões ocorreram ontem mesmo. Primeiro, Renan conversou com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre uma "agenda de interesse para o Brasil". Depois, reuniu-se com o PSDB.

— Mais do que uma agenda de governo, nós precisamos ter uma agenda do Brasil, com a participação de todos os partidos. É isso que a sociedade espera de nós — afirmou Renan, logo após uma reunião com os líderes, que ocorreu na Presidência do Senado.

Entre as propostas defendidas ontem pelo PSDB, está o projeto apresentado pelo senador José Serra (PSDB-SP) que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras atuar em todas as explorações do pré-sal (PLS 131/2015). O partido destacou também a proposta que assegura mais transparência na administração das empresas estatais (PLS 555/2015) e a que busca profissionalizar a gestão dos fundos de pensão (PLS 388/2015).

O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), disse que o partido sempre soube separar os equívocos do governo e os interesses do país:

— O PSDB continuará a ser extremamente crítico deste



Renan Calheiros (à esq., de gravata violeta) participa da reunião de líderes

desgoverno, da incapacidade da presidente da República de liderar uma agenda que ao menos minimize os efeitos da crise. Nunca nos negamos a discutir as matérias de interesse do país.

Aécio ainda citou outro projeto que o PSDB quer ver aprovado neste ano no Senado:

— Propomos que seja apresentado como projeto de lei algo que já havia sido aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias e vetado pela presidente Dilma Rousseff, que é a garantia do reajuste do Bolsa Família pela inflação. Essa é uma forma de garantir minimamente o poder aquisitivo dos dependentes do programa.

Crise

Renan elogiou o fato de a oposição ter apresentado uma agenda de interesse do país. De acordo com ele, as propostas defendidas pelo PSDB mostram a preocupação dos tucanos em colaborar para o enfrentamento da crise.

— A oposição mais uma vez demonstrou preocupação com

o país, com o agravamento da crise, e que quer colaborar com a solução. São propostas qualitativas de interesse do Brasil e que serão na sua maioria pautadas — afirmou.

Renan confirmou que o Plenário votará "o mais rapidamente possível" o PLS 131/2015, de Serra. Na visão do presidente, o projeto é uma medida a favor da Petrobras. Ele disse que é necessário "resguardar os interesses estratégicos do Brasil, mas é preciso acabar com a obrigatoriedade dos 30% [de participação da estatal nos projetos do pré-sal]".

Quando ao projeto da Lei Geral das Estatais (PLS 555/2015), Renan afirmou que alguns pontos precisam ser resolvidos, mas assegurou que a proposta também é prioritária.

O senador confirmou ainda a intenção de concluir a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 128/2015, que determina que a União não imporá ou transferirá encargo ou prestação de serviço aos estados ou aos municípios sem previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio (leia mais na pág. 3).

Lindbergh cobra tributação de grandes fortunas

Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu que o Senado vote no primeiro semestre o projeto que tributa as grandes fortunas e destina esse dinheiro para a saúde pública e o que tributa os valores recebidos a título de lucros e dividendos. Este último imposto, de acordo com o senador, pode trazer para os cofres públicos R\$ 50 bilhões.

— Quem paga imposto são os mais pobres, que pagam no consumo, e a classe média, que paga quando recebe o salário. Quem recebe salário a título de distribuição de lucros e dividendos, salários de R\$ 300 mil por mês, não paga nada.

Ele disse que essa pauta será apresentada hoje ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

Viana quer que obra em rodovia do Acre seja retomada

Jorge Viana (PT-AC) cobrou a retomada das obras na BR-317 nos trechos Xapuri-Brasileia e Brasileia-Assis Brasil, no Acre.

O senador explicou que a rodovia liga esses municípios à Bolívia e ao Peru e disse esperar que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) resolva logo a situação.

— As chuvas não estão tão intensas. É possível trabalhar. A população tem sofrido, os taxistas, as empresas de ônibus. Os prejuízos são incalculáveis por causa dos buracos. O pior são os acidentes, o risco de morte.

Viana ainda relatou visitas feitas aos municípios acreanos de Assis Brasil, Xapuri, Brasileia e Sena Madureira.

Para Valadares, nova lei garantirá eleição mais limpa

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse esperar que a proibição do financiamento empresarial a partidos e candidatos assegure eleições mais limpas em 2016. Pare ele, o modelo anterior perpetuava os desmandos e enfraquecia o regime democrático.

— Temos que bater na tecla da conscientização do eleitor para que ele ajude nessa fiscalização, para evitar e rechaçar a corrupção eleitoral. Sem a participação do eleitor, a tarefa da Justiça Eleitoral jamais alcançará os resultados esperados.

O senador frisou que o poder político deve sempre ter em vista o bem comum, sem ceder a cobranças de doadores.

CPI do Futebol se reúne hoje para decidir se pede novas quebras de sigilo

Hoje, às 14h30, na primeira reunião do ano, a CPI do Futebol votará um requerimento que visa obter do Superior Tribunal de Justiça (STJ) cópias de contratos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com uma empresa de consultoria e outra de tecnologia para celulares. Ambas são ligadas ao jornalista Mário

Rosa, investigado da Operação Acrônimo, da Polícia Federal, que apura irregularidades no financiamento da campanha eleitoral do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel.

A CPI também decide se pedirá quebras de sigilo de pessoas ligadas às duas últimas gestões da CBF.

Comissão de Transparência adia votação de convite a presidente do TCU

Por falta de quórum, a Comissão de Transparência e Governança Pública adiou ontem a votação do requerimento de Telmário Mota (PDT-RR) que propõe um debate sobre o Referencial Básico de Governança, do Tribunal de Contas da União (TCU), que serve de

base para boas práticas na administração pública.

No pedido, Telmário solicita que o presidente do tribunal, Aroldo Cedraz, explique o documento à comissão.

O requerimento do senador deve ser votado na próxima terça-feira.

ERRAMOS

Diferentemente do informado na página 3 da edição de ontem, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) não é o relator do projeto da Lei Geral das Estatais. A proposta é relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Energia elétrica**
8h30 A comissão vota projetos como o PLS 371/2015, que permite o uso do FGTS na aquisição de equipamentos para a geração própria de energia elétrica.
- CAS Talidomida**
9h Na pauta da comissão estão propostas como o PLS 502/2011, que dispõe sobre a aposentadoria especial dos portadores da síndrome da talidomida.
- CDR Saneamento básico**
9h A comissão analisa relatório de avaliação do Plano Nacional de Saneamento Básico e depois vota projetos.
- CCJ Acidentes de trabalho**
10h A PEC 127/2015, que transfere da Justiça estadual para a Federal a competência das causas decorrentes de acidentes de trabalho nas quais a União seja parte, está entre as propostas na pauta da comissão.
- CE Policial legislativo**
11h Audiência pública para debater a instituição do Dia do Policial Legislativo.
- CDH Projeto sobre adoção**
11h30 Serão votados textos como o PLS 531/2013, sobre a diferença de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.
- CMO Prestação de contas**
13h30 Reunião do colegiado de líderes da comissão. Às 14h30, votação de relatórios de prestação de contas e de gestão fiscal.
- MP 694 Imposto de Renda**
14h Comissão mista vota a MP 694/2015, que aumenta o Imposto de Renda de titulares, sócios ou acionistas de empresas.
- PLENÁRIO Votações**
14h Sessão deliberativa.
- AGENDA BRASIL Desburocratização**
14h30 Entre os projetos a serem votados pela comissão, está o PLS 253/2015 – Complementar, que simplifica o processo de abertura e fechamento de empresas.
- CPI DO FUTEBOL Requerimentos**
14h30 Análise de requerimentos.
- BARRAGENS Plano de trabalho**
15h A comissão temporária analisa alterações no plano de trabalho.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**
16h O presidente do Senado, Renan Calheiros, conduz a ordem do dia, no Plenário.
- CDH Terceirização**
16h Reunião para organizar diligências em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sobre terceirização.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Texto que proíbe criação de despesa sem receita avança em Plenário

Proposta atende reivindicação de estados e municípios contra aumento de encargos e pode ser votada hoje em 2º turno

O SENADO APROVOU ontem em primeiro turno, com 65 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição 128/2015, que impede a criação de leis que imponham ou transfiram encargos financeiros para União, estados, municípios e Distrito Federal sem fonte de receita ou transferência de recursos por parte do governo federal. Hoje os senadores avaliarão duas emendas e tentarão votar a proposta em segundo turno. Depois a PEC voltará para novo exame da Câmara dos Deputados.

Ficou pendente a votação da emenda do senador Ricardo Ferraço (sem partido-ES) que proíbe a União de reduzir alíquotas de alguns impostos sem que estados e municípios sejam recompensados pela perda de arrecadação decorrente dessas desonerações.

De autoria do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), a proposta tem a mesma finalidade da PEC 84/2015, aprovada em agosto de 2015 pelo Senado e que espera análise da Câmara. Assim como o texto dos deputados, a proposta articulada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) busca atender antiga reivindicação de estados e municípios contra a criação de programas federais com execução a cargo dos governos estaduais e prefeituras.

Os entes federativos alegam não ter mais como assumir os crescentes en-

cargos decorrentes desses programas. Um exemplo é o piso salarial dos professores da educação básica pública, criado em 2008. Estados e municípios relatam dificuldade para cumprir o piso, mesmo com os aportes do governo para complementar o pagamento.

O texto estabelece que os atos sobre os repasses de serviços e encargos somente poderão vigorar se existir dotação orçamentária.

Uma emenda acolhida, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), tornou o texto da PEC 128 semelhante ao texto original da PEC 84. O relator em Plenário foi Humberto Costa (PT-PE). Ele concordou com a justificativa dos deputados de que a emenda é necessária como forma de assegurar o equilíbrio financeiro dos entes, assim como sua capacidade de executar políticas públicas.

Humberto diz ainda que as alterações no texto constitucional são importantes inclusive para proteger o Orçamento da União. Isso porque fica vedada a aprovação de qualquer ato sem que exista dotação no Orçamento ou que esteja baseado em aumento de receita ou redução de despesa.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que a futura emenda constitucional vai “facilitar a vida de estados e municípios”. Para Walter Pinheiro (PT-BA), a mudança na Constituição “corrige um erro histórico”. José Serra (PSDB-SP) disse

que o texto volta para a Câmara “ampliado e enriquecido”. Para ele, a emenda constitucional terá papel semelhante ao da Lei de Responsabilidade Fiscal para o equilíbrio das contas do país.

Piso do magistério

Cristovam Buarque (PDT-DF) se posicionou contrário à PEC por entender que a nova norma poderá impedir o aumento periódico do piso dos professores. Alguns senadores, como Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Humberto, disseram que o Senado precisaria achar um meio de a PEC não acabar com o reajuste do piso salarial.

Entretanto, José Pimentel (PT-CE) garantiu que a proposta não trará prejuízo à correção do piso do magistério, que já tem política de reajuste em vigor até 2023. Assim, também será votada emenda de Cristovam para deixar explícito no texto que o reajuste do piso nacional dos professores não será prejudicado. Fátima Bezerra (PT-RN) lembrou que a norma não impedirá o reajuste do salário mínimo.

Também apoiaram a aprovação da PEC Waldemir Moka (PMDB-MS), Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lúcia Vânia (PSB-GO), Otto Alencar (PSD-BA) e outros.



Relator do projeto, Tasso Jereissati aponta urgência para a decisão dos senadores

Responsabilidade das estatais tem prioridade na pauta

O projeto que cria a Lei Geral das Estatais (PLS 555/2015), relatado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), é o quinto item na pauta de votações do Plenário de hoje. Foi apontado como tema prioritário pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, mas ainda depende de mais discussão entre os senadores. Tasso presidiu uma comissão mista que no ano passado ouviu, em audiências públicas, representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Tasso está disposto a discutir propostas de mudanças no relatório, mas ressalta a importância de uma decisão rápida para evitar situações como as atuais investigações sobre a Petrobras e o BNDES.

— Depois de todos os escândalos, é um clamor da opinião pública e uma obrigação nossa fazer essa discussão — afirmou o relator.

O substitutivo apresentado por Tasso estabelece normas de governança corporativa e regras para compras e licitações que atendam as especificidades de empresas públicas e sociedades de economia mista. As normas previstas serão aplicadas a qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, tanto as que exploram atividade econômica quanto as que prestam serviços públicos.

Em dezembro, o projeto da Lei Geral das Estatais chegou a ser colocado em votação, mas a discussão foi interrompida pela falta de consenso entre as lideranças partidárias.



Vicentinho Alves, Renan Calheiros e Jorge Viana na sessão de ontem: texto aprovado busca dar equilíbrio às contas de governos estaduais e prefeituras

Nomes indicados para CNJ e Dnit são confirmados pelo Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem duas indicações: a de Erick Moura de Medeiros, para o cargo de diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), e a do procurador da República Rogério José Bento Soares do Nascimento para integrante do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ).

Medeiros é bacharel em ciências navais. Serviu à Marinha por quase 20 anos, chegando ao posto de capitão de corveta. Ele atualmente é servidor da Controladoria-Geral da União (CGU).

Vários senadores, entre eles o relator da indicação, Vicentinho Alves (PR-TO), destacaram

as qualificações de Medeiros e afirmaram que ele é “um profissional que conhece muito bem a infraestrutura aquaviária brasileira”.

Em sabatina promovida pela Comissão de Infraestrutura (CI) em dezembro, Medeiros ressaltou que o transporte hidroviário é mais barato que outros, causa menos avarias

nas cargas e polui pouco. No entanto, observou que o incentivo ao setor não foi uma política importante de governo ao longo dos últimos anos.

Nascimento, por sua vez, ocupará a vaga do CNJ destinada ao Ministério Público da União e terá mandato de dois anos. O procurador foi sabatinado em dezembro pela Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, foi questionado a respeito da delações premiadas e defendeu o uso do instrumento.

Nascimento é procurador regional da República na 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) desde 1992. Também atua como professor universitário.

Senado analisa aumento de imposto sobre ganho de capital

A medida provisória que eleva a tributação dos ganhos de capital para pessoas físicas foi lida ontem no Plenário do Senado e passa a trancar a pauta. A MP 692/2015 tem prazo até 29 de fevereiro para

ser aprovada pelo Congresso. Se não for, perderá a validade.

O ganho de capital é a diferença entre os rendimentos recebidos com a venda de um ativo (como ações e imóveis) e o custo de aquisição dele.

Pela legislação atual, há apenas uma alíquota, de 15%. Pelo texto que chegou ao Senado, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) terá quatro alíquotas. Quando o ganho de capital for de até R\$ 5 milhões,

será de 15%. Para lucros entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, a alíquota será de 17,5%. Daí até R\$ 30 milhões, de 20%. E acima de R\$ 30 milhões, de 22,5%. As mesmas alíquotas valem para ganho de capital obtido por

pequenas e médias empresas, inclusive as enquadradas no regime Supersimples. Não serão aplicados, por outro lado, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

Partilha do salário-educação poderá mudar

Projeto de Raimundo Lira que prioriza o número de matrículas e retira dos critérios a arrecadação foi aprovado na Comissão de Educação e segue para votação final

UM PROJETO QUE altera os critérios para a distribuição dos recursos do salário-educação foi aprovado ontem na Comissão de Educação (CE).

A relatora, Fátima Bezerra (PT-RN), considera que a fórmula proposta no PLS 282/2015, de Raimundo Lira (PMDB-PB), é mais justa do que a atual.

— O modelo atual provoca injustiça, na medida em que perpetua na distribuição dos valores arrecadados a desigualdade tributária, beneficiando estados com mais atividade econômica — considerou a senadora.

O projeto vai agora para decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto final determina que, do montante arrecadado de salário-educação, a União receberá 40% do total, que serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para redução das desigualdades socioeducacionais.

Os outros 60% deverão ser distribuídos entre estados e municípios exclusivamente de modo proporcional ao número de matrículas na educação básica, conforme o censo escolar mais atualizado realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os valores devem ser creditados mensalmente e de forma automática.

Proporção

Atualmente, 10% do montante arrecadado é destinado ao FNDE, para ser aplicado livremente na educação básica.

O restante é distribuído da seguinte



Colegiado aprovou relatório de Fátima Bezerra sobre a proposta que busca mais justiça tributária na divisão de recursos entre estados e municípios

maneira: 30% para o FNDE, especificamente para redução das desigualdades regionais na educação básica, e 60% para as Secretarias de Educação estaduais e municipais para financiar a educação básica.

O problema, segundo Raimundo Lira, é que o cálculo para a distribuição dos recursos entre os entes federados é feito primeiramente de modo proporcional à arrecadação e só depois de acordo com o número de matrículas de cada estado e município na educação básica. Ou seja, quem arrecadou mais recebe mais.

O PLS 282/2015 elimina o cálculo

feito de acordo com a arrecadação e estabelece que o critério do número de matrículas incidirá sobre a totalidade dos recursos.

Transição

Ainda de acordo com o projeto, haverá um período de transição entre os critérios. A nova regra deverá entrar em vigor só depois de um ano da sanção, sendo que, no primeiro ano de vigência, 75% dos recursos serão distribuídos nacionalmente segundo a arrecadação realizada em cada estado. No segundo ano, a cota cai para 50%, no terceiro, para 25%. Somente a partir

do quarto ano o total dos recursos passa a ser distribuído nacionalmente, considerando o número de matrículas da educação básica em cada rede pública de ensino.

O salário-educação é uma contribuição social que se destina ao financiamento de programas da educação básica pública. É calculado com base na alíquota de 2,5% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas pelas empresas aos segurados empregados. A educação básica corresponde às etapas educacionais antes do ensino superior: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Audiência discutirá inclusão de livros e internet em programa

A proposta de inclusão de livros e equipamentos de informática em todas as unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida será tema de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O debate foi requerido por Regina Sousa (PT-PI), que é favorável à ideia, mas considera fundamental ouvir o governo federal sobre a viabilidade do projeto (PLS 204/2013), de Cristovam Buarque (PDT-DF), antes de aprová-lo.

— Isso tem custo e pode encarecer as moradias. Nem o título da terra a gente consegue dar ainda para as pessoas. A casa é dele, mas a terra não é. Estamos passando por um processo de regularização fundiária — disse a senadora.

Com a aprovação do requerimento, foi adiada para depois da audiência a votação do relatório de José Agripino (DEM-RN) sobre o projeto. O texto determina que, para cada moradia do Minha Casa, Minha Vida, sejam entregues equipamentos de informática com softwares instalados e acesso em banda larga pela internet. Também deverá ser



Romário preside reunião da Comissão de Educação que aprovou projeto sobre orientação profissional a estudantes

entregue uma biblioteca para cada família com 20 livros selecionados pelo Plano Nacional do Livro e Leitura.

Orientação

Durante a reunião, foi aprovado o PLS 426/2015, originado no Programa Jovem Senador, que institui a oferta de serviço de orientação profissional especializado na educação básica aos estudantes da rede pública e aos

da rede privada que tiverem bolsa integral.

Relatado por Donizeti Nogueira (PT-TO), o projeto determina que a orientação seja feita no último ano do ensino fundamental, com o objetivo de apoiar as decisões quanto ao prosseguimento nos estudos em curso técnico de nível médio e no ensino superior.

Também foi aprovada uma audiência para tratar da Base Nacional Comum Curricular.

O requerimento foi de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE).

A comissão ainda aprovou uma proposta do ex-senador Paulo Davim que fixa 12 de abril como o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia (PLS 263/2014). Psicofobia é o preconceito contra quem possui alguma doença ou transtorno mental. A data escolhida é o dia de nascimento do humorista Chico Anysio, falecido em 2012. Em depoi-

mento à Associação Brasileira de Psiquiatria, ele defendeu a popularização da discussão sobre esse tipo de transtorno.

Técnico de futebol

A pedido do presidente da Comissão de Educação, Romário (PSB-RJ), também foi aprovada a realização de uma audiência sobre o projeto que torna obrigatória a graduação em educação física para o exercício da profissão de técnico de futebol.

O PLS 369/2015 é de autoria de Gladson Cameli (PP-AC).

A audiência deverá contar com a presença do presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef), Jorge Steinhilber, e do presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol (ABTF), Carlos Custódio.

Foi aprovado também o PLS 657/2015, de Romário, que torna 25 de outubro o Dia Nacional de Combate ao Preconceito às Pessoas com Nanismo. A data é internacionalmente consagrada à mobilização das sociedades em prol do conhecimento e do debate das questões que envolvem o nanismo.

Uma das recomendações aprovadas sugere que o governo federal apresente ao Congresso propostas para a criação de fundos de desenvolvimento regional e de compensação de perdas de arrecadação

Comissão quer ações para deter guerra fiscal de estados

TRÊS RECOMENDAÇÕES DO senador Lindbergh Farias (PT-RJ), a serem dirigidas ao governo federal e ao próprio Senado, foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Lindbergh, que é o relator da avaliação dos impactos dos benefícios do ICMS concedidos unilateralmente pelos estados, reconheceu que a chamada guerra fiscal gera desequilíbrios regionais.

Segundo o senador, é preciso “derrubar uma estratégia tributária que distorce a alocação de verbas públicas e causa insegurança jurídica e desgaste na arrecadação dos estados”.

A primeira recomendação é dirigida ao governo federal. O senador sugere que o Executivo envie ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição e uma medida provisória que tratem da criação dos fundos de desenvolvimento regional e de compensação de perdas de arrecadação dos estados.

As outras duas recomendações destinam-se ao Senado. Lindbergh pediu à Casa que negocie com a Câmara dos Deputados prioridade para a aprovação do projeto de lei do Senado (PLS 130/2014 — Complementar) que reduz o quórum exigido do Conselho

Nacional de Política Fazendária (Confaz) para convalidação de incentivos fiscais. Na sequência, cobrou da Casa pressa na aprovação de projeto de resolução do Senado, com um texto similar ao do Convênio ICMS 70/2014, celebrado pelo Confaz, que perdoa créditos de ICMS concedidos sem aprovação da entidade.

— A guerra fiscal pode trazer algum benefício de curto prazo para o estado que a promove, mas esse benefício fica circunscrito ao setor específico que foi incentivado. De forma geral, há poucas evidências de benefícios sobre o PIB e a arrecadação estaduais — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Aprovado em reunião dirigida por Raimundo Lira (E), texto vai a Plenário

Microempreendedor poderá ter sede comercial em residência

O microempreendedor individual poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento, quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade. A medida é prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 167/2015, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue para votação no Plenário.

Do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC), a proposta altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa

de Pequeno Porte. O relator, Blairo Maggi (PR-MT), apresentou voto favorável, lido por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Mariani observa que alguns empreendedores individuais que poderiam exercer sua atividade em sua própria residência, sem a necessidade de dispor de estabelecimento para essa finalidade, estão impedidos de fazê-lo pela legislação de vários estados, que proíbem a coincidência entre o endereço do empreendimento e o endereço residencial.

Colegiado rejeita requerimento de convocação de Edinho Silva

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) rejeitou ontem requerimento de convocação do ministro da Secretaria de Comunicação Social, Edinho Silva, para esclarecer conteúdo do programa *Voz do Brasil* veiculado em 4 de dezembro de 2015. O pedido

partiu de Ronaldo Caiado (DEM-GO), para quem o programa foi usado como “franca propaganda” contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, foram apresentadas apenas opiniões favoráveis às teses que abonam a presidente.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Lindbergh Farias, é preciso acabar com essa estratégia tributária, que beneficia poucos setores da sociedade

Ataídes faz balanço negativo da economia do país

Após analisar os principais índices econômicos do país em 31 de dezembro de 2015, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) afirmou que o país está sem saída.

Os juros naquela data eram 14,25%; a inflação, 10,57%; a economia retraiu 4%; e o desemprego quase chegou a 10%. Mas, para Ataídes, o grande problema está na dívida pública, de R\$ 4 trilhões, que cresceu 20% em 2015. Nesse mesmo ano, o Brasil pagou R\$ 501 bilhões de juros da dívida, para os quais foram destinados 50% da arrecadação. Este ano pode chegar a 74,5% do PIB, disse o senador.

Ataídes também citou a Petrobras, que terminou 2015 devendo R\$ 510 bilhões.

— Só tem uma pessoa que pode resolver o problema econômico deste país. É a presidente Dilma Rousseff, saindo da Presidência da República.



Senado precisa atuar para combater a crise, diz Gladson

Gladson Cameli (PP-AC) disse ontem que o Senado precisa atuar para restaurar a confiança no Brasil. Segundo ele, há um pessimismo generalizado, mas é preciso mostrar que o país tem um Senado atuante, que busca soluções para a economia.

O senador citou dados do IBGE que mostram queda de 1,7% no PIB no terceiro trimestre de 2015. A queda acumulada em quatro trimestres ficou em 2,5% e foi registrada em diferentes setores, como agropecuária, serviços e indústria.

— Passamos um ano no imobilismo político. O governo até agora somente buscou montar sua base, mas não soube apontar saídas concretas para esse tenebroso cenário econômico. O desemprego aumenta, os serviços públicos essenciais mínguem e o Brasil sofre.



Alvaro Dias pede alíquota menor para remessas ao exterior

Para Alvaro Dias (PV-PR), o governo deve reduzir a alíquota de 25% de Imposto de Renda cobrada sobre remessas em dinheiro ao exterior. A cobrança elevou o custo de empresas que prestam serviços fora do país, como agências de turismo e centrais de intercâmbio.

Adotada no início deste ano, a alíquota deveria ser de, no máximo, 6%, na opinião do senador. Caso contrário, alertou, a situação das agências de turismo poderá piorar.

Segundo ele, o segmento já sofre com a queda nas vendas por causa da desvalorização do real e com a desistência de pacotes com destino ao Nordeste, por causa do zika vírus.

— Estima-se que, mantida essa alíquota, 185 mil empregos diretos e 450 mil empregos indiretos serão ceifados. Não podemos deixar de priorizar o emprego nesse momento.



Para Pinheiro, Brasil não resolverá crise com mais impostos

O Brasil não vai resolver a crise econômica aumentando impostos. O alerta é de Walter Pinheiro (PT-BA), que defendeu a adoção de medidas mais profundas, como a reforma do ICMS.

Ele disse que não adianta o Congresso aprovar projetos se eles não tratam de medidas que possam ser implantadas e efetivamente gerar os impactos desejados. Como exemplo, o senador citou o Plano de Estímulo às Exportações e à Infraestrutura de Logística que, segundo ele, não tiveram efeitos práticos.

Pinheiro defendeu que os senadores examinem propostas da Pauta Brasil, apresentada pelo próprio Senado em 2013 e que está centrada em quatro eixos básicos: tributária e fiscal; infraestrutura; questão federativa; e a geração de trabalho, emprego e renda.



Benedito defende agenda positiva e diálogo com governo

Benedito de Lira (PP-AL) conclamou os parlamentares a elaborar uma “agenda positiva”, com reformas que ajudem o país a sair da crise pela qual passa. Para ele, esse é o papel do Congresso Nacional.

O senador lembrou o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, na abertura dos trabalhos do Parlamento, e afirmou ser preciso discutir com o Executivo propostas para o bem do país, pois o problema não é somente do governo, é do Brasil.

— Analisemos as propostas enviadas e proponhamos melhorias, mas sempre tendo em vista a nação, com o desprendimento de quem pensa antes de tudo em nossa gente.

Benedito chamou de “arautos do Apocalipse” os que preveem catástrofes e que, sob os holofotes, anunciam que o Brasil vai cair no precipício.



Fotos: Marcos Oliveira/Agência Senado

Burocracia prejudica produção de água mineral, dizem especialistas

Carga tributária elevada foi outro problema apontado ontem pelos representantes do setor em audiência na Subcomissão da Mineração

AS MUDANÇAS CONSTANTES na legislação, a carga tributária excessiva e a complexidade de normas e decretos do governo ameaçam a exploração de água mineral no país. O alerta foi feito ontem por representantes do setor em audiência na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração.

A água mineral é mais tributada que os refrigerantes e as bebidas açucaradas, que causam danos à saúde, mas pagam bem menos impostos, disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais (Abinam), Carlos Alberto Lancia.

— É um absurdo que precisamos corrigir. Não tem sentido pagarmos mais imposto que refrigerante e cerveja. Nós não somos bebidas frias, nós somos alimentos. Os estados cobram até 19% de ICMS. Na Europa, o máximo que se fala é 7%. Não podemos continuar pagando carga tributária maior. Pagamos, em termos percentuais, mais que o petróleo — afirmou.

Royalties

O presidente da Abinam destacou que as fontes de água mineral, além de preservar mananciais existentes, favorecem os municípios, que recebem a maior parte (65%) da compensação financeira sobre produtos minerais, paga pelos produtores, com alíquota de 2%.

— Proporcionalmente, a água mineral paga mais royalties que o petróleo. O DNPM [Departamento Nacional de Produção Mineral] continua cobrando sobre a embalagem. Só nos resta o caminho da Justiça, que vai prevalecer. Não tem sentido pagar duas vezes, é um absurdo que precisamos corrigir.

Presidente do Núcleo Bahia da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Zoltan Rodrigues explicou



A falta de um plano estratégico de investimento para empresários da área foi abordada na reunião dirigida por Wilder (C)

que a água mineral é um bem mineral como o ouro e o diamante, embora apresente característica renovável, ao contrário dos demais. Ele destacou que as principais lavras concentram-se no Sudeste e criticou o excesso de burocracia a que está sujeito o setor.

— A partir de 1988, as águas minerais passaram a ser recursos hídricos. Uma portaria de 2009 do DNPM diz que, na aplicação das normas, é necessário observar o Código de Águas Minerais, o Código de Mineração, as resoluções da diretoria colegiada e portarias da Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] e do Ministério da Saúde e resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Rodrigues observa que há espaço para o crescimento da água mineral no Brasil, visto o maior controle de qualidade e o consumo crescente. Para ele, o potencial brasileiro na questão mineral ainda é um “grande desconhecido”, embora todos os estudos atuais indiquem potencial acima do esperado. Em breve, afirmou, “os aquíferos da Amazônia vão ter nome e vão ser os maiores do mundo”.

Plano estratégico

Vice-presidente da Associação Goiana das Indústrias de Água Mineral (Aginam), Celso Cordeiro de Rezende

lamentou que o setor de água mineral seja regulamentado por quatro ministérios. Ele apontou dificuldades que impedem o empresariado de seguir um plano estratégico de investimentos.

— Temos gana de investir, mas estamos perdidos nessa complexidade de normas, decretos, ministérios e secretarias. É preciso simplificar o dia a dia do empresário, que gera empregos no Brasil, que pode se tornar grande exportador de água mineral. Há 26 indústrias cadastradas em Goiás, em atuação são 18. Algumas já fecharam. É uma indústria maravilhosa, não contamina, protege a natureza, gera emprego, mas está perdida com uma série de legislações. Os custos são dispendiosos.

Marco regulatório

Presidente da Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás (Amat), Fábio Floriano Haesbaert apontou o potencial produtivo de Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre outros estados. Ele defendeu emenda apresentada pela deputada Magda Mofatto (PR-GO) ao novo marco regulatório da mineração, que diferencia a água mineral da água utilizada para fins balneários.

Presidente da subcomissão, Wilder Moraes (PP-GO)

observou que o governo “tem ajudado a atrapalhar” os empresários que atuam na produção de água mineral. O senador disse que há mais de mil lavras concedidas e que a produção de água mineral atinge 7 bilhões de litros anuais, o que põe o Brasil entre os grandes produtores mundiais.

— O Brasil é o quarto maior mercado consumidor de água mineral do planeta, mas a média per capita é relativamente baixa. Em 2013, os brasileiros tomaram em média pouco mais de 90 litros de água mineral por ano, enquanto no México o consumo ultrapassa 250 litros por habitante. Em Goiás, temos águas termais em quase um terço dos 340 mil quilômetros quadrados do território goiano.

Hélio José (PMB-DF) defendeu a exploração adequada de água mineral. No entender de Sérgio Petecão (PSD-AC), o governo age no sentido de dificultar os investimentos. A deputada Magda Mofatto disse que é preciso simplificar a legislação para não dificultar a exploração e o uso das águas.

As mensagens encaminhadas aos debatedores pelos internautas abordaram a defesa dos mananciais e a recuperação de áreas prejudicadas pela exploração inadequada. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Infraestrutura (CI).

Para Ângela, país precisa avançar em saneamento

Ângela Portela (PT-RR) elogiou a Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema “Casa comum, nossa responsabilidade”. O objetivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é chamar a atenção para a necessidade de melhorar as condições de saneamento e saúde do país. A senadora apontou o investimento em infraestrutura e serviços de saneamento básico como medida essencial para garantir saúde integral e qualidade de vida a todos os brasileiros.

— Cerca de 17% dos municípios ainda não dispõem de fornecimento de água encanada. E se 99% da população urbana tem acesso a água potável, na área rural o índice é de apenas 84% — afirmou.

Tratar esgoto pode prevenir doenças, alerta Lúcia Vânia

O poder público deve priorizar o saneamento básico como instrumento de defesa da vida e diminuição das desigualdades, afirmou Lúcia Vânia (PSB-GO). Dados do Ministério da Saúde apresentados pela senadora revelam que foram registradas, em 2013, mais de 240 mil internações por infecções gastrointestinais.

— Mais de 100 milhões de brasileiros ainda não contam com coleta e tratamento de esgoto. A estimativa é de que a universalização do saneamento básico poderia gerar uma economia de R\$ 27,3 milhões com a redução no número de internações — destacou.

Lúcia Vânia citou a Campanha da Fraternidade deste ano, sobre o tema, e pediu a união de forças entre Igrejas, população e entes políticos “para fazer frente à crise da saúde que nos assalta neste momento”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Vai ao Plenário projeto que garante em lei a permissão para comercialização de remédios para emagrecer que haviam sido proibidos pela Anvisa e foram liberados por decreto

Comissão aprova venda de inibidores de apetite

O PROJETO QUE permite a produção e a venda de medicamentos para emagrecer que contenham sibutramina, anfepramona, femproporex e mazindol será analisado pelo Plenário do Senado. A proposta (PLC 61/2015) foi aprovada ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em 2011, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proibiu o uso dessas substâncias inibidoras de apetite, gerando reação de associações médicas e do Conselho Federal de Medicina (CFM). A norma, porém, foi sustada pelo Decreto Legislativo 273/2014.

A agência editou então uma resolução autorizando a produção industrial e a manipulação das substâncias, definindo também normas para comercialização e controle, como retenção de receita, assinatura de termo de responsabilidade pelo médico e de termo de consentimento pelo usuário.

Garantia legal

Mesmo com a regulamentação, o deputado Felipe Bornier (PSD-RJ) apresentou, no ano passado, o PLC 61/2015 para garantir em lei a permissão para a comercialização dos inibidores de apetite.

O relator na CMA, Otto Alencar



Para Otto Alencar (E), relator do texto, a previsão em lei evita que a Anvisa volte a restringir venda

(PSD-BA), considerou corretos os procedimentos adotados pela Anvisa, mas diz ser necessária a previsão da norma em lei para evitar que a agência volte a retirar os produtos do mercado.

Otto acatou emenda de Donizeti Nogueira (PT-TO) para evidenciar no texto que medicamentos com essas substâncias sejam classificados como “tarja preta”. Com isso, a venda de produtos com sibutramina, anfe-

pramona, femproporex e mazindol fica condicionada à apresentação da receita especial na cor azul, que fica retida com o farmacêutico.

Polêmica

A aprovação de ontem veio depois de debate. Humberto Costa (PT-PE) avaliou que o projeto é complexo, pois tira a obrigatoriedade do registro desses medicamentos na Anvisa. Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM) apresentou emenda — que foi rejeitada — para que “as normas sanitárias vigentes sejam observadas”. A senadora disse temer que o projeto abra caminho para retirar a obrigatoriedade de registro de outros remédios.

— Estamos tratando de dar autorização automática sem passar pela vigilância sanitária — afirmou a senadora.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), que defendeu a aprovação do PLC 61/2015, a proibição apenas estimula o mercado negro. Segundo ele, médicos sabem avaliar a quantidade necessária a ser prescrita para seus pacientes.

— A diferença entre remédio e veneno é a dose — afirmou o senador.

A aprovação do Decreto Legislativo 273/2014 pelo Senado, em setembro de 2014, também dividiu as opiniões dos parlamentares na época. Alguns senadores, favoráveis à liberação dos remédios, apontaram esse tipo de medicamento como única opção para pacientes obesos impedidos de se submeter a cirurgia bariátrica e que não conseguem emagrecer apenas com a indicação de exercícios e dieta. Outros alertaram para os riscos do uso e disseram que não é papel do Senado definir que medicamento deve ou não ser vendido no Brasil.

Brasil perde posição no setor aeroespacial, aponta audiência

O setor aeroespacial brasileiro precisa de governança, visão estratégica e recursos para que o país alcance independência no acesso ao espaço, apontaram especialistas ouvidos ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Eles debateram as perspectivas para o setor. Segundo os convidados para a audiência pública, a indústria aeroespacial brasileira está há quatro anos sem nenhum contrato e corre o risco de, no futuro, não conseguir acompanhar a indústria mundial, que está em crescimento. O setor também enfrenta falta de recursos humanos e limitação no orçamento, que corresponde a 0,004% do PIB atualmente.

Segundo os expositores, o Brasil perdeu posição para a Argentina, que hoje é o país mais avançado na atividade espacial da América Latina. De acordo com uma escala de capacidade espacial da Nasa, o Brasil está no nível 4, que representa países que possuem a própria agência espacial, operam os próprios satélites, mas ainda não dominaram o ciclo completo de acesso ao espaço. Os Estados Unidos, que conseguiram enviar uma tripulação à Lua e têm tripulantes no espaço, estão no nível 8.

Lasier Martins (PDT-RS), autor do requerimento da audiência, disse que a reunião serviu para trazer a verdade à

tona e que o Brasil precisa se recuperar, embora o momento seja de crise:

— O Brasil fica sabendo hoje qual é a nossa realidade e que estamos distantes das lideranças. Estamos no nível 4. Estados Unidos, no ápice. E a nossa vizinha Argentina está muito a nossa frente. Onde está o nosso amor próprio, o nosso orgulho? Como nos deixaram afundar de tal maneira nos últimos anos de governo?

Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CCT, disse que a audiência foi a melhor desde que começou a presidir a comissão. O senador afirmou que vai preparar um documento para chamar a atenção do Brasil para o potencial que o país tem e que não está usando.

Retardatários

Para o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Leonel Fernando Perondi, o Brasil tem hoje a oportunidade de ser um grande ator na indústria espacial, mas essa oportunidade deve passar entre 5 e 10 anos.

— Porque em 5 a 10 anos, essa indústria já estará totalmente estabelecida e nós teremos aquele famoso *late entrance fee*, quer dizer, são países retardatários que querem entrar numa indústria. Eles vão ter que pagar muito mais.

De acordo com o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga



No debate presidido por Cristovam (3º à esq.), especialistas advertiram que falta de recursos e de estratégia atrasa setor

Coelho, embora enfrente desafios, o setor espacial brasileiro tem avançado. Ele disse que o Centro de Lançamento de Alcântara (MA) está preparado para fazer todas as atividades preconizadas no Programa Nacional de Atividades Espaciais.

O diretor do Inpe informou que o Brasil está entre os nove países no mundo que fabricam câmeras para colocar no espaço e que conseguiu grandes avanços em dez anos.

— Conseguimos em dez anos contratar três sistemas, gerando um arranjo industrial, temos inovação com essas câmeras, mas estamos perdendo esse arranjo — afirmou.

Para Coelho, o setor enfrenta três desafios que precisam ser superados. O primeiro é o orçamento destinado às ati-

vidades espaciais brasileiras. O segundo é a burocracia e as incertezas jurídicas que prejudicam as instituições executoras dos projetos. E o terceiro é que os programas de Estado, como os espaciais, precisam da presença e competência do Estado para formular os requisitos e deixar que a indústria os execute.

— Não há alternativa fora da plena atribuição à indústria nacional — disse, referindo-se à responsabilidade sobre o desenvolvimento dos projetos na fase industrial.

Sem defesa

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antônio Ferreira de Barros, relatou exemplos de indústrias que estão à beira

da falência, como fábricas de lançadores e de mísseis.

— O nosso país tem dimensão continental, mas não temos preparo para enfrentar uma situação de guerra ou ameaça, o que não está descartado que no futuro a gente venha a viver.

O secretário de Comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial, Gino Genaro, criticou as falhas do governo com iniciativas como um contrato com a Ucrânia para lançamento de foguete, rompido em 2015. Para ele, depende do governo e do Congresso traçar um plano para que o setor cresça:

— Está nas mãos do Estado, do governo e do Parlamento traçar essa estratégia.



Convidados ouvem Ximenes, do Ministério da Educação, em debate coordenado por Medeiros (3º à esq.) sobre doenças que não recebem investimentos devidos

Formação médica sobre hanseníase e tuberculose é falha, dizem debatedores

Doenças que atingem humanidade há séculos são negligenciadas nas escolas de medicina e diagnóstico é prejudicado, alertam especialistas

DE 1992 A 2000 a vida da servidora pública Marly Araújo, 61 anos, foi um tormento. Foram anos de peregrinação a serviços públicos e privados de saúde — período em que foi tratada até como doente mental — para obter o diagnóstico de um mal silencioso e estigmatizante: a hanseníase.

Marly foi vítima de uma doença considerada negligenciada, assim como a tuberculose, a leishmaniose, a doença de Chagas, a sífilis congênita e outras que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), não receberam a devida atenção das autoridades, da indústria farmacêutica e das instituições de pesquisa. O tema foi debatido ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a pedido de José Medeiros (PPS-MT).

— Meu maior choque foi ter sido discriminada por um médico e por um dentista, que se recusaram a me atender. Há ignorância da população e total despreparo dos profissionais, que nem sequer sabem detectar a enfermidade, cujo diagnóstico é feito por exame clínico — lamentou Marly.

Integrante do Grupo de

Apoio às Mulheres Atingidas pela Hanseníase, ela tem a doença sob controle e luta pelos direitos dos pacientes. Marly defende o estudo obrigatório das doenças negligenciadas nas escolas de medicina:

— Os médicos saem sem saber nada de hanseníase.

Formação

A falta de preparo dos profissionais de saúde foi debatida em boa parte da reunião. Os especialistas concordaram que há deficiências na formação.

A presidente do Departamento de Dermatologia da Associação Paulista de Medicina, Leontina Margarido, lembrou que as doenças negligenciadas não atingem somente as camadas pobres da população, mas gente de todas as classes sociais. Além disso, ressalta, muitas delas têm cura a partir de um diagnóstico precoce:

— No caso da moléstia de Hansen, por exemplo, um paciente em fase inicial gasta US\$ 10 por mês e, em seis meses, está curado. O doente com diagnóstico tardio gasta US\$ 20 por mês por dois anos e não tem todas as necessidades

atendidas — alertou.

O representante do Ministério da Saúde, Alexandre Medeiros de Figueiredo, disse que o desafio não é só agilizar o diagnóstico, mas investir em ações de vigilância e comunicação para combater a ignorância.

— Essas doenças não devem gerar exclusão. Tuberculosos e hansenianos sofrem grande discriminação nas suas comunidades.

Já o representante do Ministério da Educação, Vinicius Ximenes, ressaltou que a pasta vem fazendo um ciclo de reformas nas diretrizes curriculares nacionais. Segundo ele, mudanças importantes foram feitas em 2001 e em 2014 para

adequar o ensino médico aos desafios do século 21.

Para Ximenes, a evolução tecnológica e a especialização da medicina ao longo dos anos mascararam a fragilidade dos profissionais: a clínica geral.

— Muitos são excelentes especialistas, mas a bagagem clínica é deficitária, do ponto de vista do conhecimento geral.

Também participaram da audiência o médico Henrique Batista e Silva, representante do Conselho Federal de Medicina, e o presidente da Associação Brasileira de Educação Médica, Sigisfredo Luis Brenelli.

Veja as apresentações do debate: <http://bit.ly/CDHdoencas>

José Medeiros pede atenção do poder público para doenças negligenciadas

Em discurso no Plenário, José Medeiros pediu mais atenção da medicina e do poder público para as doenças negligenciadas, conjunto de enfermidades associadas à pobreza que não recebem investimentos suficientes em pesquisa e tratamento. Ele frisou que o Brasil só é supe-

rado pela Índia em casos de hanseníase e Mato Grosso é o estado com maior incidência.

O senador disse que os médicos brasileiros não têm 12 horas de aula sobre essas doenças. Ele pediu a formação de profissionais capazes de diagnosticar e de tratar as doenças negligenciadas.

Comissões ouvirão pesquisadores sobre o combate ao Aedes

O desenvolvimento de tecnologias de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus da dengue, da zika e da febre chicungunha, será tema de audiência pública conjunta amanhã, a partir das 8h, da Comissão Senado do Futuro com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Serão ouvidos especialistas sobre as pesquisas nesse campo.

Ontem, a Comissão Senado do Futuro aprovou requerimento que solicita a audiência em conjunto. O pedido foi feito por Wellington Fagundes (PR-MT), que preside a comissão. O senador apontou a importância de pesquisas para o desenvolvimento de vacinas e para o combate ao mosquito.

Deverão participar pesquisadores da Embrapa, do

Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e da Universidade de Brasília (UnB). Por sugestão da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), será também convidado professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Wellington salientou que o combate ao *Aedes aegypti* talvez seja hoje o maior problema a ser enfrentado, pois já

se demonstrou que o mosquito vem se adaptando às condições ambientais, inclusive começando a se reproduzir em água suja. A seu ver, as alternativas de combate também não devem se resumir ao uso de pesticidas e inseticidas, podendo passar por soluções biológicas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela



Para Wellington, luta contra o mosquito deve ser prioridade

Microcefalia pode ser assunto de sessão temática

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) propõe que o Senado promova uma sessão temática sobre o aumento de casos de microcefalia relacionados ao Zika vírus. O pedido será encaminhado à Mesa do Senado.

Realizadas no Plenário, as sessões temáticas são sempre públicas e têm como objetivo aprofundar a discussão sobre assuntos de grande interesse social.

Além do ministro da Saúde, Marcelo Castro, serão convidados especialistas e

autoridades envolvidas no combate ao *Aedes aegypti*, transmissor da zika, da dengue e da chicungunha.

A ideia partiu de Humberto Costa (PT-PE) durante análise de requerimento de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que pedia a vinda do ministro à CMA.

Paim critica falta de kits para detectar dengue

Paulo Paim (PT-RS) questionou ontem a burocracia que impede que o Ministério da Saúde distribua rapidamente os kits que permitem detectar o contágio por zika, dengue e chicungunha.

Segundo o senador, o atraso pode prejudicar ainda mais a população, que sofre com a explosão de casos das doenças.

— No meio da maior epidemia da doença no país, o atraso de kits chega a cinco meses. Isso não pode continuar — disse.

Paim elogiou o mutirão nacional no fim de semana contra focos de proliferação do *Aedes aegypti* e pediu a inclusão de outros municípios nas próximas etapas.

Vanessa cobra audiência com ministro da Saúde

O aumento de casos de microcefalia no país precisa ser debatido com urgência, disse Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



A senadora pediu que a Presidência do Senado marque logo uma audiência sobre o tema com o ministro da Saúde, Marcelo Castro, e técnicos do governo.

Ela lamentou que 17 estados tenham reduzido os investimentos em vigilância em saúde. Para Vanessa, o Congresso deve ajudar o Executivo na adoção de medidas de prevenção ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de doenças como a zika.

Caíram gastos para prevenir epidemia, afirma Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) chamou a atenção para matéria do jornal *Folha de S.Paulo* sobre a queda nos gastos do governo federal, de 17 estados e do Distrito Federal com prevenção e controle de epidemias.

A redução chegou a quase 10%, passando de R\$ 5,1 bilhões em 2014 para R\$ 4,6 bilhões em 2015, disse a senadora, lembrando que a vigilância epidemiológica compreende a prevenção de doenças e o combate a potenciais vetores, como o *Aedes aegypti*.

— Vale lembrar que ano passado a epidemia da dengue bateu recordes no Brasil, com 1,6 milhão de casos.